ENTRE A VULNERABILIDADE E O CUIDADO PSICOSSOCIAL: A
JORNADA PARA A RECONSTRUÇÃO DE DIREITOS

Carla Rejane de Sá Gomes¹
Rafaela Prima de Lucena²

RESUMO:

Este relato narra à trajetória de S.C.S., uma usuária com histórico de abandono, que foi acolhida no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira após o falecimento de sua mãe adotiva e o abandono por parte do padrasto. Apresentando Transtorno do Desenvolvimento Intelectual desde a infância, S.C.S. chegou ao hospital em situação precária, sendo trazida pelo SAMU após relatos de vizinhos preocupados. O hospital, empenhado em evitar a institucionalização prolongada da usuária, realizou um intenso trabalho de articulação com diversos serviços, incluindo a Atenção Primária à Saúde (APS), o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e assistência social. Enfrentando resistência e barreiras burocráticas, a equipe do hospital persistiu, acionando também o Ministério Público e promovendo reuniões com coordenações de saúde mental de outras localidades. Esse esforço resultou na conquista de uma vaga em uma Residência Terapêutica em João Pessoa, onde S.C.S. pôde finalmente encontrar um ambiente mais adequado para sua reintegração social. A experiência destaca o papel fundamental do hospital em articular serviços e superar desafios, reforçando a importância do comprometimento multiprofissional na defesa dos direitos de pessoas vulneráveis e na luta pela desinstitucionalização e inclusão social.

Palavras – chave: Reinserção. Direitos. Vulnerabilidades. Articulações.

¹ Assistente Social do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira

² Enfermeira do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira

Este relato de experiência apresenta a história de S.C.S., uma usuária que carrega cicatrizes de uma vida marcada por episódios de abandono que acarretaram sofrimento e desgaste em diversos âmbitos de sua vivência. Sua trajetória reflete a importância e a necessidade do processo de desinstitucionalização, o qual trouxe à tona uma série de desafios e uma combinação de emoções intensas.

Tudo começou quando, ainda bebê, S.C.S. foi encontrada por uma mulher, na porta de sua casa, dentro de uma caixa de sapatos. Por sorte ou providência – como queiram designar –, a criança foi acolhida e adotada. Sob os cuidados da mãe adotiva, S.C.S. cresceu sem registros de internação psiquiátrica e sem qualquer acompanhamento formal por parte dos serviços de assistência social ou de saúde mental do seu território.

Entretanto, aos 40 anos de idade, S.C.S. se deparou-se novamente com o abandono, quando sua mãe adotiva veio a falecer, ficando aos cuidados de seu padrasto, que era sua última referência familiar, que posteriormente também a abandonou. Assim, ela foi trazida ao Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira pelo Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), em condições de agitação, apresentando dificuldades na comunicação e com a higiene pessoal bastante comprometida. Desde a infância, ela possuía o diagnóstico de Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, e sua situação de abandono foi relatada por vizinhos, que preocupados acionaram o serviço de emergência.

Nosso trabalho para garantir os direitos de S.C.S. iniciou com uma busca ativa por familiares, fundamental para proporcionar um desfecho adequado para a usuária, que se encontrava em situação de abandono. O processo envolveu visitas ao território da usuária, incluindo visitas domiciliares aos vizinhos, em busca de qualquer rede de apoio ou informações que pudessem indicar algum vínculo familiar. Infelizmente, durante essas visitas, o único relato obtido foi o de uma vizinha, que nos informou sobre as condições precárias em que S.C.S. se encontrava e revelou estar em posse de seus documentos, deixados por seu padrasto antes de abandonar a casa e o município.

Diante da situação, entramos em contato com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de referência do território, mas fomos informados de que S.C.S. não estava sendo acompanhada pelo serviço e que eles desconheciam seu caso.

Buscamos apoio em outros serviços da Atenção Primária à Saúde (APS), incluindo a Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência. Descobrimos que, até o falecimento da mãe, a usuária era assistida por ela, mas sua atual condição de abandono

¹ Assistente Social do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira

² Enfermeira do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira

era desconhecida. Esse processo de visitas evidenciou a realidade de abandono de S.C.S. e, conscientes das lacunas de informação, a equipe decidiu que era imprescindível impedir que ela se tornasse uma residente em um hospital psiquiátrico de forma prolongada e definitiva. O objetivo era garantir que S.C.S. pudesse exercer seus direitos como cidadã e que, mesmo em sua condição de vulnerabilidade, ela tivesse acesso à reintegração social em vez de permanecer institucionalizada.

Para viabilizar a transição de S.C.S., acionamos o Ministério Público (MP) e a Assistência Social do município, além de serviços da média complexidade, incluindo a possibilidade de acolhimento em uma Residência Inclusiva. Porém, o processo revelou inúmeros desafios, especialmente na articulação dos serviços e na busca por soluções que assegurassem seus direitos. Entre as principais dificuldades, estava a incompatibilidade de competências entre órgãos do Poder Judiciário, a negativa da residência inclusiva local (que alegou que o perfil de S.C.S. seria mais adequado para uma Residência Terapêutica), e a falta de interesse dos serviços do território em acolher a usuária ou buscar alternativas para seu caso.

Durante sua permanência no Complexo Psiquiátrico, S.C.S. recebeu apenas uma visita de um serviço da RAPS, o que refletiu a falta de engajamento e a fragilidade na articulação desses serviços. Diante dessas dificuldades, a equipe multiprofissional do hospital buscou apoio em outros territórios, realizando diversas reuniões com coordenações de saúde mental do Estado e de outros municípios, enviando relatórios atualizados e expondo a necessidade urgente de acolhimento para a usuária. Após muita dedicação, finalmente conseguimos garantir sua transferência para uma Residência Terapêutica (RT) no município de João Pessoa.

Com a possibilidade de acolhimento em uma RT de João Pessoa, elaboramos um Plano Terapêutico Singular (PTS), que contemplava as necessidades específicas de S.C.S. e planejava cuidadosamente o processo de adaptação. A adaptação de S.C.S. foi realizada de forma gradual, com a equipe do hospital e da RT trabalhando juntas para adaptar os espaços e as rotinas, respeitando o ritmo da usuária e observando suas reações e interesses em relação ao novo ambiente. Essa experiência ressaltou não apenas a necessidade de articulação entre os serviços da RAPS, mas também evidenciou as fragilidades do sistema.

Foi chocante perceber que a usuária permaneceu institucionalizada por três anos, o que, infelizmente, expõe a dificuldade dos serviços em garantir a reinserção social de pessoas em situações de vulnerabilidade. Além disso, ficou claro que, muitas

¹ Assistente Social do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira

² Enfermeira do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira

vezes, o processo de reinserção social depende mais do empenho e da luta diária de profissionais comprometidos do que de uma ação proativa e integrada dos serviços da RAPS.

Esse processo nos evidenciou não só as fragilidades da RAPS, mas também a importância de uma articulação sólida entre serviços de saúde e assistência social. O caso de S.C.S. reforça que a luta pela desinstitucionalização não se limita ao âmbito hospitalar; ela requer o envolvimento de todos os serviços voltados à saúde mental e ao cuidado integral do cidadão. A experiência nos mostrou que a reinserção social não se dá apenas por meio da estrutura formal da RAPS, mas também pelo comprometimento diário de cada profissional que acredita nos direitos humanos e na inclusão social.

Com essa experiência, esperamos contribuir para o fortalecimento da RAPS e a ampliação de residências terapêuticas e equipes multiprofissionais, capazes de abraçar uma diversidade de casos e acolher pessoas que, mesmo fora dos hospitais, vivem situações de vulnerabilidade extrema. Mesmo em um ambiente ainda estigmatizado, atuamos com firmeza para assegurar que cada indivíduo receba o acolhimento digno e a possibilidade de reintegração à sociedade, de modo que experiências como a de S.C.S. não precisem mais se repetir.

¹ Assistente Social do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira

² Enfermeira do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira